

Edição nº 15/2009

## ❏ **ÍNDICES SINDICAIS**

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO QUE A FIESP COORDENA OU É PARTE INTEGRANTE - 2009					
<b>Categoria</b>	<b>Data Base</b>	<b>Reajuste (%)</b>	<b>Salário Normativo</b>	<b>INPC</b>	<b>AUMENTO REAL</b>
<b>Mobiliário de Ribeirão Preto</b>	1/jan	8,00%	R\$685,00	6,48%	1,43%
<b>Alimentação de Bragança</b>	1/fev	6,50%	R\$609,40	6,43%	0,07%
<b>Extrativas de Metais</b>	1/fev	7,00%	R\$601,00	6,43%	0,53%
<b>Telefonistas</b>	1/mar	6,25%	R\$843,62	6,25%	0,00%
<b>Relojoaria</b>	31/mar	6,00%	R\$580,00	5,92%	0,08%
<b>Movimentadores de Mercadorias</b>	1/mar	Preponderante	R\$625,00	-	-
<b>CNTI</b>	1/mai	6,00%	R\$ 565,40	5,83%	0,16%
<b>Condutores de Piracicaba</b>	1/mai	Preponderante	Preponderante	-	-
<b>Condutores Jundiaí</b>	1/mai	5,83%	Preponderante	5,83%	0,00%
<b>Engenheiros</b>	1/mai	5,83%	R\$2.790,00, equivalente a R\$15,50h.	5,83%	0,00%
<b>Engenheiros Químicos</b>	1/mai	Preponderante	R\$2.790,00, equivalente a R\$15,50h. R\$960,00	-	-
<b>Entidades Sindicais</b>	1/mai	6,50%	Não qual. R\$642,40 Qualif. R\$875,60	5,83%	0,63%
<b>Médicos Veterinários</b>	1/mai	Preponderante	R\$ 2.790,00	-	-
<b>Mobiliário de Botucatu</b>	1/mai	6,74	R\$ 700,00	5,83%	0,86
<b>Mobiliário do Interior</b>	1/mai	6,74%	R\$ 695,00	5,83%	0,86%
<b>Pinturas Feticon/Sintracon e CUT</b>	1/mai	6,74%	Auxiliares R\$767,80 Qualificados R\$917,40	5,83%	0,86%

<b>Secretárias do Estado/Camp./ABC</b>	1/mai	6,00%	R\$ 1.119,00 R\$ 806,00	5,83%	0,16%
<b>Técnicos de Segurança</b>	1/mai	5,83%	R\$2.015,20	5,83%	-
<b>Condutores de Osasco</b>	1/jul	Preponderante	Condutores: R\$670,00 Ajudante: R\$539,00	-	-
<b>Mobiliário de Itatiba</b>	1/jul	6,74%	R\$739,20	4,94%	1,72%
<b>Vendedores e Viajantes</b>	1/jul	4,94%	Admissão: R\$667,00 Efetivação: R\$857,00	4,94%	0,00%
<b>Nutricionistas</b>	1/jul	4,94%	R\$ 1.593,00	4,94%	0,00%
<b>Técnicos de nível médio</b>	1/jul	4,94%	R\$950,00	4,94%	0,00%
<b>Contabilistas de Santos</b>	1/ago	Preponderante	R\$1.200,00	-	-
<b>Bibliotecários</b>	1/set	5,00%	R\$1.630,65	4,44%	0,54%
<b>Condutores de São Paulo</b>	1/set	4,44%	Motoristas R\$665,00 Ajudantes: R\$545,00	4,44%	0,00%

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS DIVERSOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, SERVIÇOS E TRANSPORTE.			
Categoria	Data Base	Reajuste	Observações
<b>Bebidas do interior</b>	1/mar	7%	Acima de R\$2.400,00 valor fixo de R\$168,00 Salário Normativo R\$ 780,00 PLR: R\$820,00 Manutenção das cláusulas sociais <b>Aumento real 0,71% (INPC6,25%).</b>
<b>Construção Civil de Santos</b>	1/mar	8,00%	Salário Normativo: Profissionais: R\$856,70 Serventes: R\$734,00 Admitidos após 01/05/2009 - Admissão R\$755,74, Efetivação R\$956,70. <b>Aumento real: 1,65%</b>

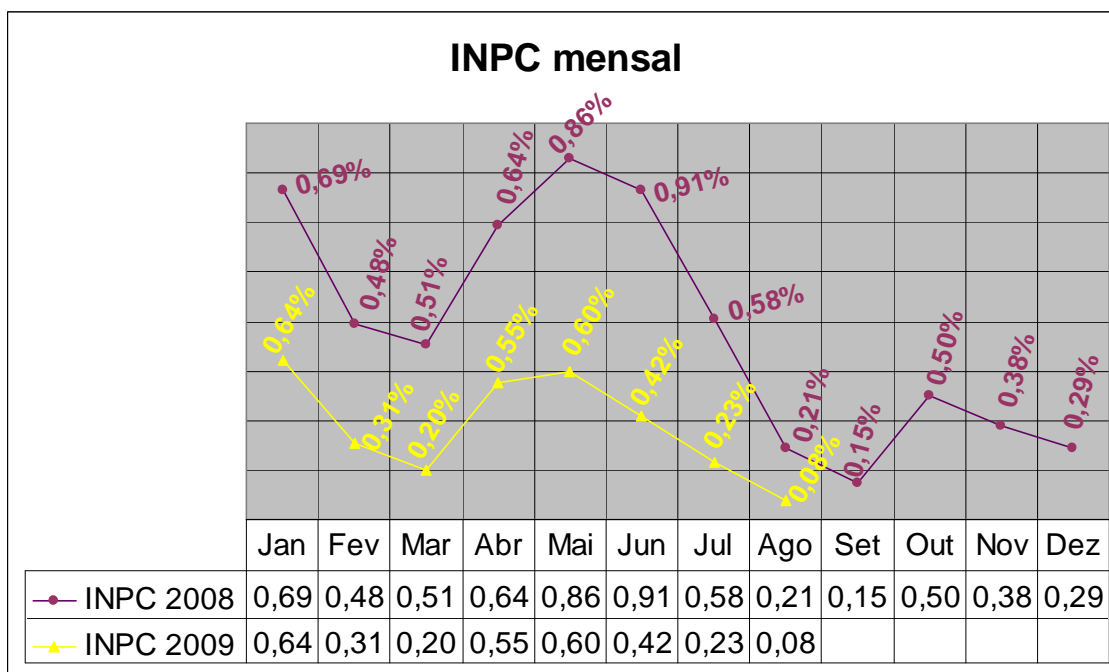
# Boletim Sindical

<b>Doces e Conservas alimentícias.</b>	1/mar	7,50%	<b>Aumento real: 1,18%</b>
<b>Frentistas</b>	1/mar	6,44%	Salários normativos R\$716,40 e R\$1.020,50 Vale Refeição R\$7,75 Vale transporte concedido sem desconto <b>Aumento real 0,2% (INPC6,25%).</b>
<b>Produtos de cimento de Solidariedade / Adamantina e região</b>	1/mar	7,50%	Salário Normativo: Qualificados: R\$860,00 (reajuste de 7,84%) Não Qualificados: R\$713,00 (reajuste de 7,90%) Produtos de fibrocimento: Efetivação R\$819,50 Admissão R\$760,96 <b>Aumento real 1,18%</b>
<b>Produtos de cimento São Paulo</b>	1/mar	7,50%	Salário Normativo: Qualificados: R\$860,00 (reajuste de 7,84%) Não Qualificados: R\$713,00 (reajuste de 7,90%) Ticket Refeição: R\$9,00 (reajuste de 15%) Cesta básica: 25 quilos PLR: R\$260,00 <b>Aumento real 1,18%</b>
<b>Joalheria</b>	31/mar	6,00%	Salário Normativo: R\$682,00 PLR: R\$220,00 <b>Aumento real: 0,08% (INPC 5,92%)</b>
<b>Bebidas da Grande São Paulo</b>	1/abr	5,92%	Para salários superiores à R\$2.491,93 valor <u>fixo</u> de R\$147,52 Salário normativo: R\$900,00 PLR: R\$800,00
<b>Carnes e derivados</b>	1/abr	6,75%	Salário normativo: - Até 50 empregados R\$612,30 - Acima de 50 empregados R\$660,20 <b>Aumento real: 0,08%</b>
<b>Cerâmica de louça... (interior)</b>	1/abr	6,95%	<b>Aumento real: 0,97%</b>
<b>Farmacêuticos</b>	1/abr	6,00%	Acima de R\$4.800,00 valor <u>fixo</u> de R\$284,16 Salário Normativo: Até 100 empregados R\$779,00, acima de 100 empregados R\$801,00 Jornada de Trabalho de 40h à partir de setembro/2009 PLR de R\$800,00 para empresas com até R\$100,00 e de R\$930,00 para empresas com mais de 100 empregados Abono de R\$500,00 a ser pago em agosto/2009 Manutenção das cláusulas sociais <b>Aumento real 0,08% (INPC5,92%).</b>
<b>Alimentação Animal de Araçatuba e Região</b>	1/mai	7,00%	Para salários superiores à R\$3.745,00 - reajuste de R\$262,15 <b>Aumento real: 1,11%</b>
<b>Azeite e Óleos em São Paulo</b>	1/mai	7,00%	Para salários superiores à R\$5.000,00, reajuste fixo de R\$350,00; Salário normativo: R\$841,16. <b>Aumento real: 1,10%</b>
<b>Construção Civil</b>	1/mai	6,74%	Para salários superiores à R\$2.500,00 até R\$5.000,00 reajuste de 5,50%, para salários superiores à R\$5.000,00 reajuste de 3% Salário normativo: não qualificados R\$767,80, qualificados R\$917,40. <b>Aumento real: 0,86%</b>
<b>Frio</b>	1/mai	7,00%	Salário normativo: R\$630,00, Cesta básica: equivalente à R\$75,00 com 99% de subsídio, PLR: Multa de R\$250,00 em duas parcelas para quem não instituir o programa até julho de 2009. <b>Aumento real: 1,10%</b>

<b>Cacau e balas de São Paulo e região</b>	1/jun	7,00%	Para salários superiores à R\$5.000,00, reajuste fixo de R\$350,00; Salário normativo: R\$677,38 até 40 empregados, e de R\$786,69 para empresas com mais de 40 empregados; PLR: R\$480,00 para empresas com até 100 empregados, acima de 100 empregados R\$630,00, pagamento em março de 2010. <b>Aumento real: 1,47%</b>
<b>Artefatos de couro</b>	1/jul	6,00%	Salário normativo: Empresas com até 10 empregados - Admissão: R\$624,26 e Efetivação R\$670,13 Empresas com mais de 10 empregados - Admissão: R\$651,02 e Efetivação R\$670,13 <b>Aumento real: 1,01%</b>

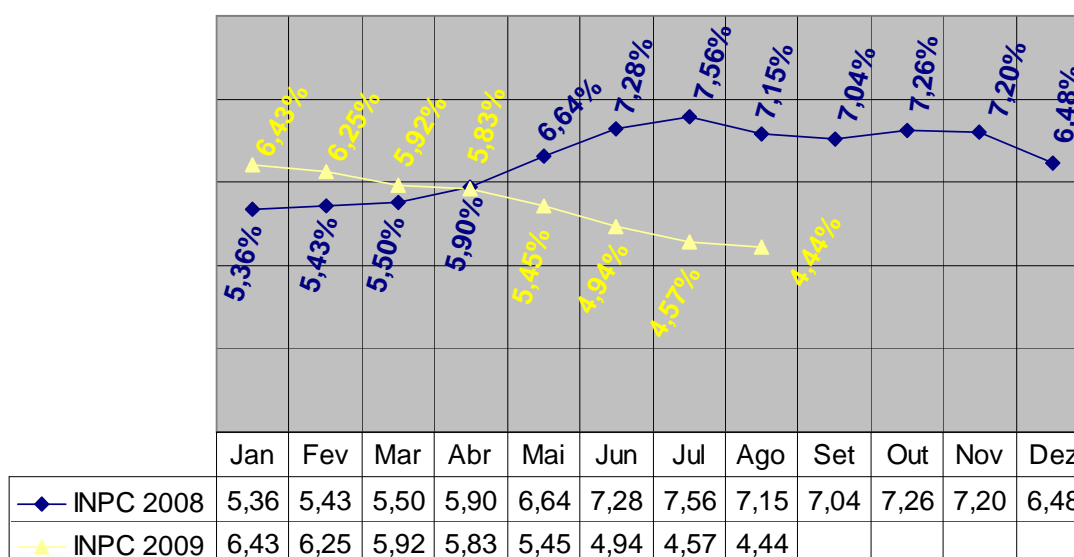
## INDICADORES ECONÔMICOS

- INPC – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR



# Boletim Sindical

## INPC acumulado



## ❑ ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

### 28/09/2009 - Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – índices de frequência.

Foi publicada no DOU de 25 de setembro de 2009, a Portaria Interministerial nº 254, de 24 de setembro de 2009 que dispõe sobre a publicação dos índices de frequência, gravidade e custo, por atividade econômica, considerados para o cálculo do Fator Acidentário de Prevenção.

A portaria dispõe sobre os róis dos percentuais de frequência, gravidade e custo, por subclasse da Classificação

Nacional de Atividade Econômica – CNAE 2.0, Anexo I, calculados conforme metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.

O FAP, as ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que possibilitem a empresa verificar o respectivo desempenho dentro da sua Subclasse da CNAE, serão disponibilizados nos sites do Ministério da Previdência Social e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Portaria também dispõe acerca do formulário eletrônico "Demonstrativo de

# Boletim Sindical

Investimentos em Recursos Materiais, Humanos e Tecnológicos em Melhoria na Segurança do Trabalho" para a comprovação pela empresa dos investimentos em recursos materiais, humanos e tecnológicos em melhoria na segurança do trabalho, com o acompanhamento dos sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores, permitindo que o valor do FAP seja inferior a um, mesmo nos casos em que apresente casos de morte ou invalidez permanente.

Por fim, a Portaria prevê que as empresas que não receberam bonificação por apresentarem Taxa

Média de Rotatividade, calculada na fase de processamento do FAP anual, acima de 75% poderão requerer a suspensão do impedimento à bonificação, conforme previsto nas Resoluções MPS/CNPS nº 1.309/2009, caso comprovem que tenham sido observadas as normas de Saúde e Segurança do Trabalho em caso de demissões voluntárias ou término de obra.

A Portaria entra em vigor na data da publicação.

## ❑ JURISPRUDÊNCIA

### **02/10/2009 - Estabilidade provisória é válida mesmo com fechamento da empresa**

A extinção da empresa não desobriga o pagamento de indenização a empregado com estabilidade provisória por motivo de acidente de trabalho. Esse foi o entendimento unânime da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao condenar a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. a pagar indenização correspondente ao período de estabilidade a que teria direito ex-funcionário da empresa nessas condições.

Para o relator do recurso de revista no Tribunal, ministro José Simpliciano Fernandes, a extinção do estabelecimento é um risco da

atividade empresarial. No entanto, a estabilidade especial do empregado que sofreu acidente de trabalho está garantida no artigo 118 da Lei nº 8.213/91. Portanto, ainda que não haja a possibilidade de reintegração no emprego, em caso de extinção do negócio, o trabalhador tem direito a receber indenização compensatória.

O empregado recorreu ao TST depois que o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) reformou sentença da Vara do Trabalho de União da Vitória, no Paraná, e concluiu que a estabilidade acidentária não podia ser preservada em caso de extinção da empresa. De acordo com o TRT, como o objetivo da estabilidade provisória era assegurar a reintegração do



# Boletim Sindical

empregado, não haveria mais tal possibilidade, na medida em que o estabelecimento fora extinto. Além do mais, a indenização constituiria opção do juiz, e não direito imediato da parte.

Segundo o relator, ministro José Simpliciano, o entendimento do Regional merecia ser reformado. Pela jurisprudência do TST, empregados com estabilidade especial, seja por motivo de acidente de trabalho (como nesse processo), doença profissional, seja por gravidez, têm assegurada indenização compensatória à impossibilidade de reintegração aos quadros da empresa, nos termos dos artigos 497 e 498 da CLT. (RR- 81/2007-026-09-00.6).

Fonte: Notícias TST 02/10/2009

## **01/10/2009 - TST invalida cláusula coletiva de desconto de contribuição a não sindicalizados**

As cláusulas normativas que estendam a trabalhadores não sindicalizados o desconto de contribuição assistencial confederativa são nulas de pleno direito. Com esse entendimento, a Quinta Turma confirmou a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, ao aceitar recurso do Ministério Público do Trabalho da 4ª Região (RS) contra o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul.

O MPT interpôs ação civil pública contra o Sindicato por sonegação do direito de oposição dos trabalhadores da categoria profissional à contribuição assistencial estabelecida em Convenção Coletiva, o que contrariava a liberdade de associação sindical assegurada pela Constituição Federal.

Na norma coletiva de 2004 a 2007, o sindicato havia estipulado, a título de custeio da atividade representativa, cláusulas que determinam o desconto no salário dos não filiados, em valor correspondente à média de um a dois dias de trabalho.

O Ministério Público fez três pedidos na ação: que o sindicato deixasse de incluir, nas futuras normas coletivas de sua categoria, a extensão do pagamento da contribuição; que se abstinhasse de receber futuras contribuições pelas normas em vigor; ou, não atendidos os dois primeiros, que se assegurasse aos empregados o direito de oposição ao desconto.

O juiz de primeiro grau e o Tribunal Regional da 4ª Região (RS) negaram o pedido do Ministério Público, pois não vislumbram violação à liberdade de associação. Entenderam que o sindicato, como prestador de serviço a toda categoria, não poderia admitir o desconto somente dos associados. Não se tratava de doação espontânea,

# Boletim Sindical

mas de contribuição previamente ajustada e compulsória a toda categoria, cobrada na forma do artigo 462 da CLT, segundo o qual é possível efetuar desconto nos salários do empregado, se disposto em contrato coletivo.

Contra essa decisão, o MPT recorreu ao TST.

O relator da matéria, ministro Emmanuel Pereira, reconheceu em seu voto a violação dos dispositivos constitucionais de liberdade de associação por parte do sindicato e apresentou precedentes do TST que confirmam a interpretação estabelecida no Precedente Normativo nº 119 da Subseção de Dissídios Coletivos.

Segundo o precedente, são consideradas nulas as estipulações que obriguem trabalhadores não sindicalizados ao pagamento de contribuição sindical, por ofensa ao direito constitucional de livre associação.

Assim, a turma seguiu o voto do relator e declarou nulas as cláusulas da norma coletiva 2004/2007 naquilo que estender a não sindicalizados o desconto de contribuição assistencial, além de condenar o sindicato a não mais inserir, em futuras normas coletivas, obrigação de pagamento nesse sentido, sob pena de multa de R\$ 3.000 em caso de descumprimento da obrigação. (RR-1230/2007-014-04-00.1).

Fonte: Notícias TST 01/10/2009

## **30/09/2009 - FAP: Sistema aponta que 92,37% das empresas terão bonificação em 2010**

Previdência e Fazenda liberam valores do FAP em seus portais

Da Redação (Brasília) – Estão disponíveis a partir desta quarta-feira (30) nos portais do Ministério da Previdência Social (MPS) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil os valores do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) de 952.561 empresas - integrantes de 1.301 subclasses ou atividades econômicas. O fator acidentário será utilizado a partir de janeiro de 2010 para calcular as alíquotas da tarificação individual por empresa ao Seguro Acidente.

Do total de empresas, 92,37% (879.933) serão bonificadas na aplicação do FAP no ano que vem. Somente 72.628 empresas, ou 7,62% terão aumento na alíquota de contribuição ao Seguro acidente em 2010. O que significa que precisam ampliar os investimentos em saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Para o ministro da Previdência Social, José Pimentel, a nova metodologia do FAP tem o mérito de fazer uma radiografia detalhada do ambiente de trabalho de cada empresa, fazendo com que elas passem a investir cada vez mais





em mecanismos e políticas de saúde e segurança no trabalho.

“Ganha toda a sociedade, pois com menos acidentes reduziremos o custo Brasil e daremos mais qualidade de vida não somente aos trabalhadores mas à população em geral”, destaca Pimentel.

O fator acidentário não vai trazer qualquer alteração na contribuição de 3,328 milhões de pequenas e microempresas, que recolhem os tributos pelo sistema simplificado, o Simples Nacional, e estão isentas da taxaço do Seguro Acidente.

Além dos índices de frequência, gravidade e custo de toda a acidentalidade registrada das 952.561 empresas nos anos de 2007 (a partir de abril) e 2008, também poderão ser consultados os números de registros de acidentes e doenças do trabalho, de auxílios-doença acidentários, de aposentadorias por invalidez e de pensão por morte e o valor total de benefícios pagos.

Cada empresa terá uma senha de acesso para poder verificar o valor do seu FAP e a sua situação em relação à atividade econômica a que pertence. A senha é a mesma já utilizada pelas empresas para o recolhimento de tributos à Receita Federal pela internet.

**O que é** – A nova metodologia do FAP – resoluções 1.308 e

1.309/2009 - foi aprovada em maio deste ano pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) e ratificada pelo Decreto nº 6.957/2009. O fator é um multiplicador a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarificação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.

A nova metodologia irá conceder redução da taxa para as empresas que registrarem queda no índice de acidentalidade e doenças ocupacionais. Por sua vez, as que apresentarem maior número de acidentes e ocorrências mais graves terão aumento no valor da contribuição.

O FAP varia de 0,5 a 2 pontos, o que significa que a alíquota de contribuição da empresa pode ser reduzida à metade ou dobrar. O aumento ou a redução do valor da alíquota passará a depender do cálculo da frequência, gravidade e do custo dos acidentes em cada empresa.

**Novos critérios** - O índice de frequência é baseado em toda a acidentalidade registrada pela empresa, com a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e todos os nexos técnicos sem CAT, incluído o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) a partir de abril de 2007.

# Boletim Sindical

O fator acidentário atribui pesos diferentes para as acidentalidades. A pensão por morte e a aposentadoria por invalidez, por exemplo, têm peso maior – cada uma com pesos diferenciados – que os registros de auxílio-doença e auxílio-acidente.

A atribuição de pesos diferenciados para morte e invalidez segue indicações de Normas Técnicas Brasileiras. Além disso, a experiência internacional mostra que os procedimentos adotados visam prevenir ou reduzir, prioritariamente, acidentes com morte e invalidez.

Outra mudança é a criação da trava de mortalidade e de invalidez. As empresas com óbitos ou invalidez permanente não receberão os bônus do FAP. Mas se houver investimento comprovado em melhoria na segurança do trabalho, com acompanhamento do sindicato dos trabalhadores e dos empregadores, a bonificação poderá ser mantida.

Para a comprovação de melhorias ambientais no caso das empresas que tiverem FAP igual a 1, o MPS e a Receita Federal vão disponibilizar em seus portais na internet, até 31 de outubro, o formulário eletrônico "Demonstrativo de Investimentos em Recursos Materiais, Humanos e Tecnológicos em Melhoria na Segurança do Trabalho". Após ser

assinado pela empresa e homologado pelo sindicato da categoria, o formulário deve ser encaminhado até 31 de dezembro, via internet, para processamento pelo MPS.

O cálculo também considera a taxa de rotatividade de empregados. O índice médio de cada empresa será calculado tendo como parâmetro a média dos dois últimos anos, sempre utilizando o mínimo do número de demissões ou admissões. Quando a taxa ultrapassar 75%, as empresas não serão beneficiadas com a redução do FAP, salvo se ocorrer demissões voluntárias e o término de obra, desde que as empresas tenham observado as normas de Saúde e Segurança do Trabalho. Também nesse caso, as empresas com fator acidentário igual a 1, devem utilizar o formulário eletrônico para recorrer.

**Bônus** - Em 2010, primeiro ano de implantação das novas regras, as empresas que investiram em medidas de segurança e saúde – redução do número de acidentes ou doenças do trabalho - terão bonificação integral no cálculo da contribuição, na variação entre 0,5 a 1 ponto do FAP.

Já as empresas que não investiram em saúde e segurança terão um desconto de 25% do valor total devido (malus). Os índices máximos de pagamento para o grau leve de 1% será de 1,75%; para o grau médio de 2%,

# Boletim Sindical

será de 3,5% e, para o risco grave de 3%, será de 5,25%. A partir de 2011, com o fim da redução de 25%, os tetos vão para 2%, 4% e 6%.

O FAP vai variar anualmente. Será calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social, por empresa.

Fonte: últimas notícias Ministério da Previdência Social 30/09/2009.

## **30/09/2009 - TST substitui reintegração de trabalhador por indenização**

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu dar provimento parcial ao recurso de revista da Duratex S.A. e converter reintegração de um ex-empregado, portador de doença profissional, em pagamento de indenização. O entendimento da relatora, ministra Rosa Maria Weber, de aplicar ao caso a Súmula nº 396 do TST, foi aprovado por unanimidade pelo colegiado.

De acordo com a relatora, a norma que trata da estabilidade provisória acidentária (artigo 118 da Lei nº 8.213/91) garante o emprego ao trabalhador pelo prazo mínimo de 12 meses após o fim do auxílio-doença acidentário. Só que, como a ação trabalhista foi iniciada pelo empregado depois do período de estabilidade, a Súmula nº 396 prevê, nessas

condições, apenas o pagamento ao empregado dos salários do período compreendido entre a data da despedida e o final da estabilidade, sem direito à reintegração no emprego.

O empregado alegou na justiça que era portador de doença profissional (sofreu perda auditiva parcial) quando foi dispensado sem justa causa, por isso merecia ser reintegrado no emprego. Na primeira instância, o pedido foi negado sob o fundamento de que o trabalhador não havia gozado auxílio-doença acidentário nem existia prova de que a doença fora adquirida devido às atividades desenvolvidas na empresa.

Diferentemente, para o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas, São Paulo), o laudo pericial foi claro ao constatar que a perda auditiva fora adquirida no ambiente de trabalho e, portanto, a empresa deveria garantir o emprego ao funcionário, com serviço compatível com sua condição física, até a época da sua aposentadoria pelo INSS.

A empresa defendeu no TST a tese de que o trabalhador iniciou a ação depois de um ano da dispensa, ou seja, quando o suposto período de estabilidade provisória já havia terminado – o que era incompatível com a reintegração.

Na opinião da relatora, ministra Rosa Maria Weber, de fato, a legislação assegura ao empregado que

retornou ao trabalho emprego pelo prazo mínimo de doze meses após a cessação do auxílio doença acidentário, mas não a reintegração ou a manutenção do emprego até a aposentadoria do profissional, conforme decidido pelo regional.

Nessas condições, a ministra decidiu substituir a condenação da empresa de reintegrar o ex-empregado pelo pagamento de indenização correspondente aos salários e demais vantagens do período compreendido entre a data da despedida e o final da estabilidade. (RR – 1199/1997-002-15-00.6)

Fonte: Notícias TST 30/09/2009

### **30/09/2009 - Protesto judicial interrompe tanto a prescrição total quanto a parcial**

Nos termos da Orientação Jurisprudencial 359, da SDI-1, do TST, a ação ajuizada por sindicato, como substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido declarada a sua ilegitimidade ativa. Nesse contexto, o protesto judicial (medida preventiva que tem como finalidade conservar direitos, através de manifestação formal) ajuizado pelo ente sindical interrompe a prescrição, seja a total, seja a parcial, uma vez que o Código Civil não faz qualquer distinção. Com esses fundamentos, a 6ª Turma do TRT-MG deu provimento ao recurso do

reclamante e alterou o marco inicial da prescrição.

O desembargador Emerson José Alves Lage explicou que o Código Civil de 2002 listou o protesto como uma das causas que interrompem a prescrição. Ou seja, o protesto judicial interrompe a prescrição na data do seu ajuizamento, quando reinicia a contagem do prazo. E isso ocorre tanto com a prescrição total, quanto com a parcial, pois a lei não fez distinção. Para o relator, se é assim quando o trabalhador propõe a reclamação trabalhista e não comparece à audiência inicial, ocorrendo o arquivamento, com mais razão na hipótese do protesto, que é o procedimento próprio para esse fim. Ele acrescenta que o TST já consolidou o entendimento de que o protesto judicial interrompe as duas formas de prescrição.

No caso, o sindicato da categoria profissional do reclamante, atuando como substituto processual, ajuizou protesto judicial em 17.07.07, o que resultou na notificação da empregadora do autor, quanto à existência de horas extras prestadas pelos substituídos sem pagamento, o que foi objeto da sentença. O magistrado ressaltou que, por aplicação do disposto na OJ 359, do TST, a prescrição foi interrompida pelo protesto judicial, com relação às parcelas nele especificadas e deferidas na sentença.



O desembargador esclareceu que, considerando a data de ajuizamento do protesto judicial, a prescrição quinquenal somente atingiria as parcelas anteriores a 17.07.02, mas atendendo ao limite especificado pelo reclamante, foi fixado o dia 23.07.02 como marco inicial da prescrição. ([RO nº 01308-2008-034-03-00-9](#))

Fonte: Notícias TRT MG 3ª região

## **29/09/2009 - Acidente de trabalho: responsabilidade do empregador depende da situação de risco**

A responsabilidade objetiva com base no risco da atividade, conforme definido pelo artigo 927 do Código Civil, existe apenas quando o trabalho desenvolvido causar ao empregado ônus maior do que aos demais membros da coletividade. Esse entendimento fundamentou a decisão da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ao reformar acórdão regional que manteve sentença condenatória por danos morais à viúva de um trabalhador que faleceu no exercício de suas atividades.

Ele trabalhava como vigilante de escolta armada para a empresa Protection Sistemas de Vigilância, realizando viagens semanais em todo o país assegurando a integridade de veículos de carga até o destino. A condução do veículo usado no trabalho era revezada entre dois vigilantes, e

estes somente poderiam parar para dormir quando o motorista do caminhão vigiado parasse para descansar. No retorno de uma viagem a serviço, na altura do Km 323 da BR-101, o veículo que continha dois vigilantes saiu da pista e chocou-se contra uma árvore, causando a morte de um deles.

A viúva do empregado entrou com ação trabalhista, buscando danos morais e materiais. Alegou imprudência da empresa, por submeter seus empregados a desgaste físico e mental de jornada ininterrupta – fator que poderia ter contribuído com o acidente. A decisão da primeira instância foi favorável à autora da ação, condenando a empresa ao pagamento de danos morais pelo fato do acidente ter ocorrido no contexto da jornada de trabalho.

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), ao analisar recurso da empresa, destacou que a condenação por danos morais encontrava amparo na teoria da responsabilidade objetiva, consubstanciada nos artigos 932 e 933 do Código Civil, além de que teria sido demonstrado o dano e o nexo causal no acidente de trabalho, destacando que o dever de reparar não depende de dolo ou culpa da empresa.

Ao avaliar a questão, em recurso de revista da empresa, a relatora, juíza convocada Doralice Novaes, manifestou entendimento



diferente, observando que, para existir o dever de reparar, deve-se verificar, além do dano e nexo causal, pressupostos como a ação, omissão, culpa ou dolo do causador, requisitos não confirmados nos autos do processo. Após ressaltar que o ordenamento jurídico abriga tão somente a responsabilidade subjetiva, derivada da culpa e do dolo do agente da lesão, a relatora citou decisões do TST em casos análogos com esse mesmo entendimento. E destacou que a responsabilidade objetiva, pelo risco da atividade exercida que põe em risco direito alheio, conforme estipula o artigo 927 do Código Civil, não poderia ser aplicada ao acidente envolvendo o vigilante, no caso em questão. "Não estava ele, portanto, no momento do acidente, em situação de risco superior a qualquer outro cidadão" concluiu. (RR-555/2005-012-17-00.1)

Fonte: Notícias TST 29/09/2009

## **29/09/2009 - TST extingue processo sobre competência de base territorial de sindicato paulista**

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho (SDC) acolheu recurso de uma empresa paulista e extinguiu processo de dissídio coletivo em que o sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral da Grande São Paulo

pedia a declaração de sua legitimidade para representar os funcionários da empresa.

O sindicato ajuizou ação declaratória e condenatória, com pedido de liminar ou antecipação de tutela, pretendendo obter a declaração de sua representatividade em relação aos empregados da empresa Convenção São Paulo Indústria de Bebidas e Conexos, assim como a nulidade de acordo coletivo de trabalho firmado entre a empresa e outra entidade, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, com a consequente aplicação da convenção coletiva firmada com o sindicato das Indústrias de Cerveja de São Paulo.

Ocorre que a empresa havia firmado novo acordo coletivo com outra representação – o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Jundiaí, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Louveira, Itupeva, Várzea Paulista, Itatiba e Cabreúva, configurando, assim, conflito de representação sobre a base territorial de Caieiras.

Tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) julgado legítima a representação do sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Bebidas em Geral da Grande São Paulo para representar os trabalhadores sindicais, além de determinar ao outro sindicato que se abstivesse

de praticar qualquer ato sindical, a empresa recorreu ao TST.

A relatora do recurso, ministra Dora Maria da Costa, manifestou-se pela incapacidade do dissídio coletivo de natureza jurídica para dirimir pretensões de cunho declaratório, como requereu o sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Bebidas em Geral da Grande São Paulo, o que evidenciaria a ausência do interesse de agir dessa entidade sindical.

Afirmou que o dissídio de natureza jurídica visa a interpretar e declarar o alcance de cláusulas de sentenças normativas, de instrumentos de negociação coletiva, diferente da declaração de representatividade, que pressupõe o exame do enquadramento sindical e a interpretação de normas genéricas, o que é vetado pela Orientação Jurisprudencial nº 7, da SDC. Em seu entendimento, é inviável a utilização de dissídio coletivo de natureza jurídica e econômica, pelo sindicato, com o objetivo específico de obter a declaração de sua representatividade em relação aos empregados da empresa, bem como a nulidade de acordo firmado com outro sindicato. "No caso do dissídio coletivo, mesmo no de natureza jurídica, a declaração de legitimidade, no entanto, somente poderá ocorrer de forma incidental, caso em que

não terá atributo de coisa julgada", concluiu.

Com o aprovação do voto da relatora, a SDC acatou o recurso da empresa, reformou a decisão do TRT e extinguiu o dissídio coletivo sem resolução do mérito. (RODC-20216/2007-000-02-00.5).

Fonte: Notícias TST 29/09/2009

### **28/09/2009 - TST afasta incorporação de vantagens previstas em norma coletiva**

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou a decisão regional que garantiu a um empregado da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (Embasa) parcelas relativas à gratificação de férias, *ticket* alimentação, prêmio assiduidade, adicional de turno e promoções bienais sob o entendimento de que essas vantagens, previstas em cláusulas e condições do Acordo Coletivo de Trabalho de 1992/1993, incorporam-se a seu contrato de trabalho. O recurso da Embasa, cujo relator foi o ministro Lelio Bentes Corrêa, foi acolhido na parte em que contestou a incorporação de normas coletivas não mais vigentes a contratos individuais de trabalho.

Segundo o ministro Lelio Bentes, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) contrariou a Súmula 277 do TST, segundo a qual as condições de trabalho alcançadas por força de

# Boletim Sindical

sentença normativa vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos. As vantagens constam de sentença normativa do TRT/BA, que homologou a transação que pôs fim ao dissídio coletivo. O TRT/BA entendeu que as cláusulas de sentença normativa da Justiça do Trabalho incorporam-se definitivamente aos contratos individuais de trabalho dos integrantes da categoria profissional, visto que são proferidas depois de esgotadas as possibilidades de negociação entre as partes.

No recurso ao TST, a defesa da Embasa alegou que as cláusulas normativas não se incorporam aos contratos individuais de trabalho, por isso não se pode falar em direito adquirido, já que as vantagens estão limitadas ao termo de vigência do instrumento normativo. A Embasa informou que não existe atualmente nenhuma norma coletiva em vigor que assegure os direitos requeridos pelo trabalhador judicialmente. O ministro Lelio Bentes afirmou que a jurisprudência do TST tem se encaminhado no sentido de que a Súmula 277 aplica-se indistintamente às sentenças normativas (proferidas pela Justiça do Trabalho) e às normas coletivas autônomas (convenção e acordo coletivo), em razão da identidade de seus efeitos. (RR 679/1998-007-05-00.7).

Fonte: Notícias TST 28/09/2009

## **Norma Coletiva (Em Geral) - Convenção ou Acordo Coletivo**

INTERVALO DE REFEIÇÃO E DESCANSO. REDUÇÃO VIA NORMA COLETIVA. INVALIDADE. A redução do interregno destinado ao descanso e refeição via norma coletiva não pode ser aceita. Isto porque, quanto a este tema a vontade das partes não prevalece, já que o instituto está diretamente ligado à higidez física e mental do trabalhador. A única exceção prevista no parágrafo 3º do artigo 71 da CLT é a redução por ato do Ministro do Trabalho, e desta aqui não se cogita. Neste sentido a OJ 342, da SDI-1 do C.TST, que estabelece a invalidade de cláusula convencional na qual os entes coletivos ajustam a redução do intervalo para refeição e descanso. (TRT/SP - 00465200825402003 - RO - Ac. 4ªT 20090679215 - Rel. Sérgio Winnik - DOE 04/09/2009)

Fonte: Boletim de Jurisprudência - Tribunal Regional do Trabalho - São Paulo Edição 55/2009

## **Norma Coletiva (Em Geral)**

REMUNERAÇÃO - VERBAS COM NATUREZA INDENIZATÓRIA - NÃO INTEGRAÇÃO - Consoante se infere das normas coletivas coligidas aos autos, a reposição de despesas com refeição, abastecimento, aluguel, desgaste e demais despesas com a moto têm natureza eminentemente indenizatória, docs. 104 e

# Boletim Sindical

seguintes da defesa - cláusula primeira, parágrafo 1º - por se tratar de ferramenta de trabalho, motivo pelo qual tais valores não integram a remuneração do empregado. (TRT/SP - 01650200646602000 - RO - Ac. 2ªT 20090611203 - Rel. Odette Silveira Moraes - DOE 01/09/2009)

Fonte: Boletim de Jurisprudência - Tribunal Regional do Trabalho - São Paulo Edição 56/2009

## **Sindicato ou Federação - Contribuição Legal**

AÇÃO DE CUMPRIMENTO. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. EMPREGADOS NÃO FILIADOS AO RESPECTIVO SINDICATO. A cobrança da contribuição

assistencial dos não-sindicalizados, ainda que estipulada em Convenção Coletiva de Trabalho, viola o direito de ampla liberdade e filiação previsto nos artigos 5º, XX, e 8º, V, ambos da Constituição da República, bem como o disposto no artigo 545 da Consolidação das Leis do Trabalho, que condiciona o desconto em folha de pagamento à autorização dos empregados. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 01485200807502006 - RS - Ac. 8ªT 20090706778 - Rel. Sílvia Almeida Prado - DOE 04/09/2009)

Fonte: Boletim de Jurisprudência - Tribunal Regional do Trabalho - São Paulo Edição 56/2009

## **FIQUE ATENTO**

### **CANCELADA SÚMULA 366 DO STJ - DJe do STJ 22/09/2009**

**Nº 366** - Compete à Justiça estadual processar e julgar ação indenizatória proposta por viúva e filhos de empregado falecido em acidente de trabalho. (DJe eletrônico 26/11/2008 - Cancelada DJe do STJ 22.09.2009).

Texto na íntegra no site do TRT 2ª Região em Bases Jurídicas - Informações Jurídicas - Jurisprudência - STJ

### **01/10/2009 - Câmara ratifica convenção da OIT sobre negociação coletiva**

O Plenário votou na manhã desta quinta-feira três dos 11 projetos de decreto legislativo (PDCs) que estavam em pauta. Um dos projetos aprovados foi o PDC **795/08**, que ratifica a Convenção 151 da OIT, e o seu complemento, a Recomendação 159, ambas de 1978. Nesses textos, a OIT estabelece normas para a negociação coletiva e garante a liberdade sindical no serviço público, além de reconhecer como instrumentos válidos para a



solução de conflitos a mediação, a conciliação ou a arbitragem.

A convenção estende aos trabalhadores do serviço público as mesmas garantias e condições de associação e de liberdade sindicais asseguradas para os trabalhadores da iniciativa privada.

**Convenções obsoletas** - Também foi aprovado o PDC [2218/06](#), que ratifica uma mudança no ato constitutivo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) da qual o Brasil é integrante.

A emenda facultará à Conferência Internacional do Trabalho, fórum anual da OIT, invalidar as

convenções internacionais de trabalho consideradas obsoletas. Essa revogação tem de ser proposta pelo Conselho de Administração da entidade e precisa obter o apoio de 2/3 dos delegados conferencistas.

Por fim, os deputados aprovaram o acordo de cooperação técnica com Sri Lanka (PDC 1672/09). Esse acordo básico permite que o governo brasileiro trabalhe em conjunto com o de Sri Lanka, em projetos de interesse comum.

**Tramitação** - As três propostas serão enviadas para análise do Senado, antes de serem ratificadas pelo presidente da República.

---

Notícias da câmara 01/10/2009